

Câmara de Campinas é a mais cara do Estado, aponta levantamento do TCE

Rodrigo Piomonte

Mesmo em tempos de crise, a Câmara de Vereadores de Campinas continua custando caro aos campineiros. Em novo levantamento divulgado anteontem pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), com base nos recursos gastos durante o ano passado, o Legislativo da cidade aparece novamente na primeira colocação entre as casas parlamentares municipais mais dispendiosas ao erário público. Composta por 33 vereadores, a Câmara de Campinas foi a que apresentou o maior custo, ultrapassando a marca de R\$ 102 milhões. Para se ter uma ideia, o Legislativo de Guarulhos, o maior plenário dentre os municípios paulistas, com 34 vereadores, consumiu pouco mais de R\$ 93 milhões de recursos públicos, quase R\$ 10 milhões a menos. Ao todo, os 644 municípios do Estado de São Paulo, exceto a Capital, gastaram R\$ 2,85 bilhões no exercício de 2021.

Casa legislativa gastou R\$ 280 mil por dia no exercício passado

O valor gasto pela Câmara de Campinas entre janeiro e dezembro de 2021 representou quase R\$ 280 mil por dia. Considerando uma população estimada em 1,2 milhão de habitantes, o órgão calcula que cada um dos campineiros arcou com R\$ 83,65 no ano para manter os 33 parlamentares (custo per capita). O estudo leva em conta o custeio e pagamento com pessoal e já chegou em anos anteriores a mais de R\$ 89,88.

O Legislativo campineiro ainda aparece na segunda posição entre as dez cidades com maior custo por vereador. Conforme o levantamento, o custo para cada um dos 33 vereadores foi de R\$ 3,1 milhões por ano. A Câmara de Campinas só fica atrás no levantamento para o município de Osasco, cujo gasto por vereador é de R\$ 3,50 milhões. Osasco possui 21 vereadores. O levantamento não contempla a capital, porque as finanças da cidade são fiscalizadas pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP). A Câmara de Campinas nega ser o Legislativo mais caro do Estado (leia nota abaixo).

Os recursos próprios arrecadados pelos municípios, basicamente, são oriundos do recolhimento de impostos como Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Renda Retido na Fonte (IRRF), Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) e Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), e da cobrança de taxas, como a Contribuição de Melhoria e Contribuição de Iluminação Pública (CIP/COSIP).

O orçamento do Legislativo de Campinas, assim como de todas as demais Câmaras no Brasil, é estabelecido pela Constituição Federal e é limitado em 4,5% da receita tributária ampliada efetivamente realizada no ano anterior. O Legislativo de Campinas, por opção própria, informa ficar abaixo do limite nos últimos anos, com menos de 4%. O orçamento apurado para 2021 foi de R\$ 6,49 bilhões.

O orçamento custeia ainda os vencimentos dos servidores efetivos, além das apo-



O presidente da Câmara, José Carlos Silva, durante sessão ordinária realizada no ano passado; parlamentar é um dos nomes envolvidos com as denúncias de esquema de "rachadinha"

GASTO PÚBLICO

Câmara campineira é a mais dispendiosa do Estado de SP

Levantamento do TCE aponta um consumo de R\$ 102 milhões no ano passado



Manifestantes ocupam o plenário da Câmara de Campinas, durante sessão realizada em 2021; segundo maior custo por vereador no Estado de SP

sentadoras, gastos com toda a estrutura para o trabalho dos parlamentares e dia a dia da Câmara, investimentos em contratos e de

prestação de serviços. Em Campinas são cerca de 170 servidores efetivos.

Em relação, por exemplo, ao custo mensal dos

gabinetes, consta que em 2021 foram cerca de R\$ 980 mil gastos por mês. Uma despesa mensal de cerca de R\$ 29.699 por gabinete.

Cada vereador possui cinco assessores, o número máximo permitido. As informações ficam disponíveis no portal de transparência da Câmara.

Parlamento se dedica mais a fazer pedidos

Em 2021, segundo informações da Câmara Municipal de Campinas, o trabalho dos parlamentares somou ao todo 637 projetos. Foram ainda 123 atas de reunião extraordinária, 33 atas de reunião ordinária, 26 atas de reunião solene, 1 ato da presidência, 261 moções, e 9.364 indicações. Entre os projetos apresentados foram 168 projetos de decreto legislativo, 100 projetos de lei complementar, 358 projetos de lei ordinária, 11 projetos de resolução e uma proposta de emenda à Lei Orgânica. Soma-se ainda aos trabalhos dos parlamentares campineiros no ano passado dois ofícios, e um ofício para a Prefeitura Municipal de Campinas.

Neste ano de 2022 esse custo mensal de gabinetes já aumentou. Nos três primeiros meses o custo mensal saltou para cerca de R\$ 1,22 milhões por mês. Com uma despesa mensal média agora da ordem de R\$ 37.252 por gabinete, considerado cinco assessores por gabinete.

O motivo do aumento das despesas já apresentado está no fato do Legislativo ter aprovado aumento de 40% de salários dos servidores, entre outros benefícios. O projeto na ocasião gerou polêmica e desgastou a imagem da Casa por elevar os custos, mas foi aprovado.

Esquema de 'rachadinha' envolve quase um terço da Casa

Em 2021, ano em que o levantamento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) apontou Campinas como a que apresentou maior custo, ultrapassando a marca de R\$ 102 milhões, dez parlamentares foram acusados de ficar com parte do salário dos funcionários de gabinete, em 2021, em um esquema conhecido

como 'rachadinha'. Um deles segue como investigado pelo Ministério Público. Os vereadores que tiveram que passar informações ao Ministério Público foram José Carlos Silva (PSB), que também é presidente da Câmara, Permiú Monteiro (PSB), Edison Ribeiro (PSL), Jorge Schneider (PL), Marcelo Silva (PSD), Gustavo Petta

(PCdoB), Nelson Hossri (PSD), Otto Alejandro (PL), Filipe Marchesi (PSB) e Débora Palermo (PSC). Todos os vereadores apresentaram justificativas ao MP. Dois casos foram arquivados, o dos vereadores Gustavo Petta (PCdoB) e Marcelo Silva (PSD). O MP mantém sete Procedimentos Preparatórios de Inquéritos

Civis, referentes aos vereadores Débora Palermo (PSC), Edison Ribeiro (PSL), Filipe Marchesi (PSB), Jorge Schneider (PL), Nelson Hossri (PSD), Permiú Monteiro (PV) e Zé Carlos (PSB). O caso do vereador Otto Alejandro (PL) foi o único que virou inquérito civil e o parlamentar segue como investigado pelos promotores.

Legislativo afirma ter o menor custo per capita

Presidência emite nota explicando as razões pelas quais nega ser a mais cara

Em nota, a Câmara Municipal de Campinas, informa que é uma das mais eficientes e parcimoniosas do Estado de São Paulo, tem orçamento próprio e investe o di-

nheno público com transparência, eficiência, qualidade e responsabilidade. Leia abaixo a íntegra da nota.

Conforme o mesmo levantamento do próprio

TCE, o Legislativo campineiro tem um dos menores custos per capita da região, de R\$ 83,65 por habitante (digasse de passagem, um custo que caiu pela segunda vez seguida em relação aos levantamentos anteriores).

O levantamento do TCE mostra que o custo da Câmara de Campinas por habitante é inferior ao gasto por cidadãos em outros municípios paulistas: Louveira (R\$ 354,78 p/c), Paulínia (R\$ 266,43), Itupeva (R\$ 163,65), Holambra (R\$

144,93), Valinhos (R\$ 126,17), Hortolândia (R\$ 108,70), Monte Mor (R\$ 102,00), Santo Antonio de Posse (R\$ 98,68), Itatiba (R\$97,40), Americana (R\$ 95,92), Morungaba (R\$ 93,17) e Vinhedo (R\$ 87,29).

O custo per capita da Câmara Municipal de Campinas também está bem distante das câmaras mais dispendiosas por habitante no levantamento do TCE. Aliás, ele é menos de Campinas com maior custo por habitante,

da cidade de Borá (R\$ 925,53 por habitante). Importante ressaltar ainda que a Casa usa menos do que tem direito a receber pela Constituição Brasileira e não está entre as dezenas de Câmaras Municipais que têm gastos acima da capacidade de arrecadação própria do município.

Por fim, a informação de custo por vereador - na qual Campinas aparece em segundo lugar, atrás de Osasco - é simplista e enganosa: ela

simplesmente pega os gastos de cada Câmara e divide pelo número de vereadores, sem levar em consideração o que é investido em estrutura, número de servidores, luz, telefone, prestadores de serviço e custos de vida de cada cidade. O mais relevante é efetivamente ver o custo da Câmara por habitante, informação esta que consta no levantamento do TCE e pela qual, reiteramos, a Câmara de Campinas tem um dos menores custos da região.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 5